

O significado da distopia em *Não verás país nenhum*: uma reflexão sobre literatura e política

The meaning of dystopia in *And Still Earth*: a reflection on literature and politics

Pedro Caio Sousa Almeida¹

Antônio de Pádua Dias da Silva²

Resumo

Este artigo analisou o universo distópico da obra Não verás país nenhum, de Ignácio de Loyola Brandão, publicado em 1981. A hipótese é a de que a distopia é usada como um recurso literário para tratar de problemas políticos e socioculturais agravados na realidade trazida pelo autor, pois se defende a ideia de que a literatura pode ser potencialmente um dispositivo de denúncia social. Com base nessa suposição, escolheu-se discutir aspectos internos da narrativa com o propósito de identificar qual o significado da distopia, como o discurso das personagens, o ambiente e o contexto político da obra, a fim de propor reflexões acerca da insatisfação da realidade e do que se pode fazer para melhorá-la. A conclusão que se chegou é a de que, de fato, a distopia é utilizada como recurso literário e político para abordar problemas socioculturais, quando confrontadas com a realidade, denunciando e alertando as sociedades atuais e futuras. Para a análise, o aporte teórico deu-se à luz de Souza e Manguiera (2016), Hilário (2013), Suvin (2003), dentre outros elucidadores da questão sobre distopia.

Palavras-chave: Contemporâneo. Literatura. Política. Distopia

Abstract

This article analyzes the dystopian universe of Ignácio de Loyola Brandão's work And still the earth, published in 1981. The hypothesis is that dystopia is used as a literary resource to deal with aggravated political and sociocultural problems in the reality brought by the author, as it is defended the idea that the literature can be, potentially, a device of social denunciation. Based on this assumption, it was chosen to discuss internal aspects of the narrative in order to identify the meaning of dystopia, such as the characters' speech, the environment and the political context of the work, in order to propose reflections on the dissatisfaction with reality and what can be done to improve it. The conclusion reached is that, in fact, dystopia is used as a literary and political resource to address socio-cultural problems, when confronted with reality, denouncing and alerting current and future societies. For the analysis, the theoretical contribution was made in the light of Souza e Manguiera (2016), Hilário (2013), Suvin (2003), among other elucidators of the question about dystopia.

Keywords: Contemporary. Literature. Politics. Dystopia

Recebido em 29/06/2020

Aceito em 26/01/2021

¹ Universidade Estadual da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1177-6192>

² Universidade Estadual da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6241-4466>

Introdução

As sociedades contemporâneas, como desde a Antiguidade, procuram formas satisfatórias para viver, na busca de melhores condições. O povo grego, por exemplo, chegou a desenvolver tão profundamente possibilidades de melhorias, que chegaram a conceber a ideia de utopia³, que surge efetivamente com o filósofo Platão. As utopias são representações de cidades ou lugares ideais. Não se diferenciando do restante da humanidade, os brasileiros almejam essas representações, mas a realidade parece fugir ao seu ideário utópico, devido aos maus caminhos que o país tem percorrido em diversos setores da sociedade. Além disso, quando se percebe uma sociedade em constante busca por uma utopia, principalmente de forma desordenada, acaba-se incidindo em um *loop*⁴ traumatizante, pois as pessoas não sabem para onde seguir.

Os aprimoramentos da sociedade pelas transformações nos campos político, econômico, artístico e científico se deram em grande parte por meio da autonomia do pensamento e do uso da razão, introduzidos na cultura religiosa da Idade Média, pelos pensadores do Renascimento⁵. Joseph Hall, como diz Souza (2016), teve influências por essas transformações e foi um dos que, de forma irônica, fez críticas à utopia da época. Para esse pensador, a utopia é irrealizável, por isso há uma mudança na forma de pensá-la com as críticas irônicas, que na representação de Hall mostram o lado radicalmente piorado das coisas que posteriormente resulta no conceito da distopia. Tanto Figueiredo (2009), quanto Souza (2016) e Manguiera (2016) abordam a temática da utopia satírica a partir de análises de obras literárias com essa perspectiva irônica.

Desde a Antiguidade oriental, em aproximadamente 4000 a.C., os sumérios já tinham noções de civilização⁶, sendo uma das primeiras a se revelar no mundo. Essas noções manifestaram-se devido à urgência de esquema organizacional, proveniente do surgimento da agricultura, visto que a formação de uma sociedade⁷ é uma das necessidades mais básicas para a vivência coletiva.

Pensando na melhoria da sociedade, em *A criação literária*, Moisés (2006) fala sobre a recriação social através do uso literário do texto: “Sua faculdade essencial consiste em recriar a realidade: não a fotografa, recompõe-na; não demonstra ou reduplica, reconstrói o fluxo da existência com meios próprios, de acordo com uma concepção peculiar, única, original” (MOISÉS, 2006, p. 165). Nesse sentido, a realidade se relaciona com a literatura, abrindo um espaço de diálogo entre o escritor e a sociedade, que acontece por exposição de ideias, críticas

³ Importante ressaltar que o termo “utopia” ainda não existia na época dos gregos antigos, apenas as ideias, descrições e os desenvolvimentos.

⁴ A palavra *loop* vem da língua inglesa, traduzido para o português como laço, circuito ou sequência. Dependendo do contexto em que é inserida, pode apresentar diferentes sentidos relacionados a uma repetição. Neste artigo, a palavra receberá o significado a partir de um sentido figurado, ou seja, a palavra *loop* diz respeito à condição de incompreensão sobre algo, devido ao fato de que a busca pela vida ideal, em grande parte, acaba em uma frustração, mas, através de uma esperança otimista do brasileiro de que as coisas sempre podem dar certo, a “ilusão” retorna e o *loop* continua.

⁵ O Renascimento é um período da história europeia que retoma pautas utilizadas na Antiguidade greco-romana, como a “razão” e o “humanismo”, na qual artistas, escritores e pensadores expressavam nas suas obras os valores, ideais e nova visão do mundo pós crise medieval.

⁶ Segundo o dicionário Aulete, Civilização significa: Processo de aquisição de valores sociais, culturais, tecnológicos etc., que define o desenvolvimento de uma sociedade.

⁷ Segundo o dicionário Aulete, se define Sociedade como: conjunto de pessoas que desfrutam o mesmo território e a mesma história, com costumes e leis comuns.

e sugestões, tanto sobre o que já foi realizado, sobre o que acontece, quanto sobre como pode vir a acontecer em um dado tempo futuro.

Dentre as diversas veredas de análises disponíveis no campo literário, a da distopia foi selecionada, dada a importância e necessidade de refletir acerca da política e de suas problemáticas, como elemento fundamental para o entendimento do *corpus* de leitura, que traz em sua formação interna aspectos discursivos relacionados a questões sociais de várias ordens.

Neste artigo, analisa-se a obra de Ignácio de Loyola Brandão, *Não verás país nenhum*, publicada inicialmente em 1981⁸. O romance faz parte da literatura contemporânea pós-ditadura, por ter sido publicado já no fim do regime militar, período de censura à liberdade de expressão. Diante desse cenário, a obra funciona como uma continuação do que foi a ditadura, representando como estaria o Brasil no futuro piorado, que se configura como distópico. A partir dessa apresentação, a questão problema da pesquisa consiste em qual o significado da distopia no romance. Para respondê-la, levanta-se a hipótese de que ela é usada como um recurso literário crítico que possibilita uma visão do Brasil em um futuro diante do agravamento de problemas políticos e socioculturais.

Defende-se a ideia de que a literatura, por meio da distopia, pode ser potencialmente um dispositivo de denúncia social. Com isso, o objetivo é entender, através dos seus aspectos internos como o discurso das personagens, o ambiente e o contexto político, o significado da distopia como forma de crítica à realidade brasileira. A partir disso, proporcionar reflexões sobre problemáticas que fazem parte do universo distópico da obra, como o cuidado com o meio ambiente, a noção da importância política, o estar atento à manipulação midiática e outros.

Teóricos como Suvin (2003), Figueiredo (2009), Hilário (2013), foram importantes para fundamentar tanto a leitura da utopia quanto da distopia, uma vez que contextualizam ideias analisadas em obras literárias do gênero. Para cimentar aspectos da literatura contemporânea, Resende (2008) e Baudrillard (1981) se revelam indispensáveis, pois embasam ideias e pensamentos da literatura contemporânea que incidem no universo distópico. A organização deste artigo propõe uma leitura da distopia e de seus conceitos, passando pela utopia. No desenvolvimento, exploram-se situações distópicas presentes na obra, passando pelas diversas situações dadas nela, lançando a ideia de uma narrativa em que os leitores possam discutir a realidade empírica a partir da realidade ficcional. Por fim, a conclusão, que enlaça as principais ideias sobre a distopia, a ficção e a realidade experimental do autor, momento em que se confirma a hipótese inicialmente levantada.

Utopia e distopia: duas faces de uma mesma narrativa

O início de estudos voltados à utopia data de milênios, especificamente do século IV a.C., com *A república*, de Platão, sendo um dos primeiros escritores a manifestar ideias relacionadas ao conceito, mesmo que à época o termo “utopia” ainda não existisse, porque, segundo Hilário (2013), a criação e o uso do termo só aparecem com Thomas More, no ano

8 A edição usada para a análise deste artigo é a de 2008, pela Global editora.

de 1516, quando nomeia seu livro de *A utopia*, que foi influenciada pelas ideias expostas por Platão, e a torna uma das principais fontes de disseminação das ideias utópicas.

Para Platão, a formação de cidade ideal deveria passar pela razão, tendo um governante de grande conhecimento, superior aos demais cidadãos, para que pudesse conduzir da melhor forma, por meio de efetivas decisões, e de uma sabedoria que distinguisse o bem do mal, a justiça da injustiça. Nesse sentido, o governante deveria ter um elevado conhecimento da filosofia, visto que apenas alguém assim possui inteira ideia do bem, do belo e da justiça.

Suvin (2015), em *Um breve tratado sobre a Distopia 2001*, confere uma definição para a utopia, baseada especialmente na obra de More⁹:

A UTOPIA será definida como: a construção de uma comunidade singular onde instituições sociopolíticas, normas e relações entre as pessoas estão organizadas de acordo com um princípio radicalmente diferente que o da comunidade do autor; essa construção é baseada no estranhamento [estrangement] resultante de uma hipótese histórica alternativa; é criada por classes sociais interessadas em alteridade e mudança (SUVIN, 2015, p. 468).

Na busca de entender essa definição para além da estrutura, que fala da “comunidade singular e o princípio radicalmente diferente”, compreende-se qual o significado que a palavra utopia carrega. Segundo Chauí (2012, p. 361), *u-topos* etimologicamente significa “lugar nenhum”, e esse termo na obra de More condiz com a capital da Ilha de Utopia, *Amaurote*, a não-visível, que fica às margens do rio *Anhydria*, sem água, e por consequência os habitantes que lá vivem são os *Alaopolitas*, sem cidade, e assim por diante. Destaca-se a origem da palavra que, por si só já denuncia a impossibilidade desse lugar existir, como visto anteriormente, por uma estrutura que é “singular e radicalmente diferente”.

Mesmo com a inviabilidade da existência desse lugar, a obra de More foi revolucionária nesse sentido, visto que ele constrói uma estrutura sociopolítica que é autossuficiente, considerando a possibilidade de falha, por depender de humanos. Mesmo assim, essa dependência seria suprida por um sistema de monitoramento, que pune e condiciona o controle e a igualdade entre sujeitos. Desde Platão, até a Bíblia Sagrada, a ideia de êxito para o estabelecimento da utopia parte inevitavelmente de um princípio divino, ou seja, os preceitos de “comunidade singular e radicalmente diferente” apenas poderiam ser dados com a incidência de natureza milagrosa, alcançando assim a “perfeição”.

Figueiredo (2019) fala sobre essa ideia:

A viabilidade das utopias milenaristas dependia assim, necessariamente, do arbítrio divino, podendo o homem muito pouco fazer para criar este reino, a não ser manter-se ímpio [...] Apenas na virada para o século XVI, as utopias começam de fato a se preocupar com a Cidade dos Homens como um fim em si e para si. Com a descoberta de novos territórios, avanços científicos e políticos o homem volta a ser a “medida de todas as coisas” conforme preconizado pelo Grego Protágoras. Diante das mudanças que o mundo renascentista apresenta e da retomada dos ideais greco-romanos adota-se novamente o projeto platônico da construção terrena de uma

⁹ A palavra em maiúsculo está fiel ao do artigo citado.

cidade ideal. Se a medida de todas as coisas volta a ser o homem, a utopia passa a ser também medida e fundamentada pelo homem (FIGUEIREDO, 2009, p. 326).

A utopia milenarista está relacionada à “terra prometida”, arremetidas por um messias, nas quais o homem não possui participação em sua construção, e a única maneira de alcançá-la é seguindo os preceitos religiosos com a esperança da aprovação divina. Mesmo com todo o avanço do pensamento laico, racional e científico, propiciado pela centralização política, a Reforma Protestante e o Renascimento, há uma dependência do arbítrio divino que transcende a capacidade do humano, até mesmo na época em que essa ideia circulava.

A popularização da utopia na idade moderna, como um lugar ou estado ideal, de completa igualdade e harmonia entre os indivíduos, condicionou o surgimento de movimentos em torno desse conceito, como a utopia satírica, fundada e orientada por críticas voltadas ao pensamento distópico. Ambos os conceitos possuem os mesmos princípios fundamentais, que também valem para o uso de termos como utopia negativa ou sátira utópica.

Os pesquisadores Souza e Manguiera (2016) dizem que o termo foi usado a primeira vez pelo bispo inglês Joseph Hall (1574-1656) na obra *Mundus alter et idem* (1600), e segundo eles, à luz de Kerman, entendem que a ridicularização:

[...] é o objetivo daquele que satiriza, uma vez que seu propósito não é apresentar nenhuma solução, mas mudar o ponto de vista dos leitores. Isso faz do “satirista” um conservador, pois ele opera tanto dentro de uma estrutura estabelecida pela sociedade e considerada por essa como racional, como também pode ir contra o padrão colocando em julgamento a sua própria loucura, ou o que ele vê como insano (SOUZA; MANGUEIRA, 2016, p. 22).

A ideia apresentada mostra que o “satirista” não busca dar soluções para as situações distópicas, mas propõe mudanças no “ponto de vista”, ou seja, incrementa novas ideias a partir de outras percepções como, por exemplo, as mudanças que pioraram o Brasil presentes na narrativa de Brandão. O fato do satirista propor ideias a partir de outras percepções vem ao encontro do objetivo distópico, pois promove um entendimento sobre a finalidade da construção interna da obra, a ridicularização, propondo um outro ponto de vista, que surge do próprio autor.

Registra-se que o termo “distopia” foi utilizado pela primeira vez em 1868 por Greg Webber em um discurso no Parlamento Britânico¹⁰. Quando se pensa em distopia, em seu sentido etimológico, dois morfemas são apresentados, primeiro o prefixo *dis*, provindo do grego *dýs*, que significa mal, dificuldade, mau estado; segundo, por *topos*, também proveniente do grego, que significa lugar. Segundo Hilário (2013), o sentido literal dessa palavra significa “forma distorcida de um lugar”, que se refere a um curso “anormal” e “inesperado” de ocorrências que compõem determinada forma social, acrescentando ainda que “a distopia

10 “It is, perhaps, too complimentary to call them Utopians, they ought rather to be called dys-topians, or caco-topians. What is commonly called Utopian is something too good to be practicable; but what they appear to favour is too bad to be practicable.” (Oxford English Dictionary. Disponível em: <http://www.oed.com/>).

não é o contrário da utopia, não se configurando enquanto antiutopia” (HILÁRIO, 2013, p. 206).

A utopia enquanto lugar perfeito precisa garantir a harmonia e a igualdade absoluta. Para isso, exige uma diferente estruturação da sociedade, visto que precisa conciliar a vida em coletividade por meio da intervenção do Estado. Figueiredo (2009, p. 355) aponta que “O controle nas utopias não é visto como algo opressivo, totalitário, mas como uma segunda natureza, visto que o controle é absolutamente internalizado”. Uma das maiores problemáticas, neste sentido, é a supressão da liberdade, dado que “Quanto maior a igualdade, menor a liberdade individual, ou, pelo menos, menor o número de decisões que o indivíduo deve tomar sozinho, ou o número de opções disponíveis” (FIGUEIREDO, 2009, p. 355).

O motivo para que a utopia e a distopia sejam “faces de uma mesma narrativa”, se deve ao estabelecimento de uma mesma estrutura de poder, controlada pelo Estado. A diferença para a distopia consiste no fato de que o controle absoluto não aparece de modo internalizado, pois existe algo ou alguém que contesta a forma de controle autoritário, ameaçando a estrutura.

O que rege a forma distópica se volta para o desequilíbrio social, como Hilário (2013) explicita, recorrendo à fala de Erich Fromm (2009) para elucidar essa expressão:

O objetivo das distopias é analisar as sombras produzidas pelas luzes utópicas, as quais iluminam completamente o presente na mesma medida em que ofuscam o futuro. Elas não possuem um fundamento normativo, mas detêm um horizonte ético-político que lhes permite produzir efeitos de análise sobre a sociedade. As distopias ou as utopias negativas “expressam o sentimento de impotência e desesperança do homem moderno assim como as utopias antigas expressavam o sentimento de autoconfiança e esperança do homem pós-medieval” (HILÁRIO, 2013, p. 205).

Assim, a distopia possui um sentimento de impotência e desesperança do homem, enquanto a utopia exibe um sentimento de autoconfiança e esperança. Nesse sentido, parecem opostas, mas não quando conceituadas em sua amplitude semântica, pois apresentam uma estruturação ético-política similar, proveniente dos sistemas de controle. É dito na citação que o “objetivo das distopias é analisar as sombras produzidas pelas luzes utópicas”, ou seja, a distopia ressalta “defeitos” que as utopias “encobrem”, como por exemplo a extinção das liberdades individuais, que são essenciais ao homem. O cruzamento de ideias em comum serve para o entendimento das proposições, mas, afinal, de que maneira a distopia pode ser estruturalmente definida?

De acordo com Souza e Mangueira (2016):

O mundo distópico é desequilibrado, uma vez que, por exemplo, organiza sua sociedade em grupos com características comuns; muda constantemente, pois está sempre “eliminando” aquilo que impede o controle absoluto; é composto por elementos desproporcionais, sejam eles sociais, econômicos e/ou culturais; e, definitivamente, evolui à medida que o tempo passa, quer dizer, o jogo de poder/controlado aumenta (SOUZA e MANGUEIRA, 2016, p. 19).

O modo “desequilibrado” pelo qual o mundo distópico é caracterizado apresenta traços de uma sociedade com algumas particularidades, como o pequeno grupo de pessoas que tem o controle total sobre os demais, tornando a vivência “desproporcional”, visto que a população não tem participação política. Esse “desequilíbrio” distópico provém do uso de poder do restrito grupo de anônimos que, no caso do romance em estudo, são conhecidos por fazerem parte do “Esquema”, que em *Não verás país nenhum*, aparece como um grupo de “representantes” anônimos do país que compõe o governo totalitário; possui caráter evidentemente criminoso e tem o apoio das massas, alienadas pelo próprio governo, a partir da “força da máquina de propaganda e da lavagem cerebral” (BRANDÃO, 2008, p. 339).

Nessa perspectiva, há um certo elemento desse tipo de governo baseado no “fascínio” como fenômeno social, em que as ideias propagadas pelos governantes tiranos seduzem a massa, como explica Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo* (1989), ao examinar os rudimentos e características dos principais regimes tirânicos do século XX: “a sociedade tende a aceitar uma pessoa pelo que ela pretende ser, de sorte que um louco que finja ser um gênio sempre tem certa possibilidade de merecer crédito, pelo menos no início” (p. 355), citando como exemplo o Adolf Hitler, ou seja, sobre o engano de propostas inovadoras e milagrosas que deslumbram grande parte da população.

A obra de Brandão possui diversos elementos que a estruturam sob o universo distópico, como, por exemplo, a divulgação de notícias falsas, a supressão de ameaças ao governo e a inversão de valores, por isso tem relevância para o estudo da distopia. Brandão é um escritor brasileiro que apresenta um mundo exíguo, sem perspectiva de futuro, como uma crítica voltada ao “Esquema”, que representa um governo totalitário.

Ao observar o nível estrutural, percebe-se que a construção da São Paulo, cidade onde é ambientada a narrativa, se subdivide em áreas chamadas de bairros, que são totalmente controladas por meio de fichas às quais apenas certas pessoas têm acesso. A figura de poder é representada pelo “Esquema”, e os meios de controle são efetuados pelos “Civiltares”, “Militecnos” e o “Novo Exército”¹¹.

No Brasil, o romance distópico surge tardiamente, entre as décadas de 1970 e 1980, como se vê, ao fim de um regime ditatorial. Neste sentido, as influências convergem para o estopim da distopia, que nessas circunstâncias parecem não ser produzido apenas como forma de sátira à utopia, já que, como foi visto anteriormente, a partir deste momento há um referente para esse tipo de produção, ou seja, um contexto extralinguístico e real, vivenciada e relatada no Brasil, que é o contexto do romance de Brandão.

Bonnici e Zolin (2008), à luz das ideias de Braudillard sobre o pós-modernismo, afirma que:

[...] não é apenas a cultura do sinal, mas a cultura do simulacro [...] o simulacro é a produção, através de modelos, do real sem a realidade, chamado de hiper-real. No hiper-realismo, a realidade e a simulação não são apenas experimentados sem distinção; muitas vezes, a simulação

11 Os três grupos são subordinados ao governo totalitário, no qual os Civiltares funcionam para manter a segurança pública, prevenindo e investigando crimes; os Militecnos são responsáveis pelo controle de instituições públicas como os Bancos, Ministérios, empresas Multinacionais; e o Novo Exército tem a função da força armada nacional, responsável pela defesa do país em caso de conflito ou guerra.

torna-se mais real do que a própria realidade (BONNICI; ZOLIN, 2008, p. 259).

No âmbito literário, tem-se essa afirmação análoga à obra em análise, pois a narrativa configura uma hiper-realidade, visto que a realidade e a simulação são como uma unidade, em que o simulacro se torna mais real que a própria realidade, ou seja, a partir de uma influência cada vez mais crescente¹², de maneira que um não é mais perceptível que o outro, pois estão misturados, se tornando objetos de confusão. Dois dos exemplos do Bonnici (2008, p. 259) para ilustrar o que foi dito anteriormente são “Quando as pessoas escrevem para os personagens das novelas de televisão” e “quando se colocam policiais de papelão nas estradas para coibir abusos no tráfego”.

Segundo Resende (2008), como a multiplicidade é característica dessa época, surgem diversos pontos predominantes e de preocupações em comum:

A primeira questão dominante que quero apontar é a presentificação, a manifestação explícita, sob formas diversas de um presente dominante no momento de descrença nas utopias que remetiam ao futuro, e de certo sentido intangível de distância em relação ao passado (RESENDE, 2008, p. 27).

Como é explanado pela crítica, a “manifestação explícita” aparece sob formas diversas de um presente, ou seja, é mediante dados explícitos da atualidade que se tem o “momento da descrença nas utopias”¹³, e por isso, a ideia de “distância em relação ao passado”, já que quanto mais tempo passa, mais difícil se torna atingir a crença utópica, pois os elementos distópicos também avançam. Dessa forma, pode-se considerar que *Não verás país nenhum*, apesar de representar um tempo futuro, foi escrito em um dado presente, um momento de descrença, fato que abre possibilidades para acirrar a visão distópica do país. O contexto político-social que se passava na época da ditadura, manifesta explicitamente a visão de como as coisas poderiam andar rente ao futuro no mundo representado.

Hilário (2013) escreve sobre esse olhar:

A narrativa distópica não se configura, deste modo, apenas como visão futurista ou ficção, mas também como uma previsão a qual é preciso combater no presente. Ela busca fazer soar o alarme que consiste em avisar que se as forças opressoras que compõem o presente continuarem vencendo, nosso futuro se direcionará à catástrofe e barbárie (HILÁRIO, 2013, p. 206-207).

A narrativa também configura uma espécie de “previsão”, que serve de combate ao presente, atentando às forças opressoras que podem estar atuando hoje, mesmo que minimamente, pois podem ganhar força e vir a se desenvolver no futuro. O pesquisador Antonio Candido (2006, p. 13), diz que: “nada mais eficaz para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la”, em que a narrativa distópica procura potencializar, num futuro

¹² Principalmente pela chegada das novas tecnologias, que simulam com mais perfeição a realidade. Um exemplo são as modelagens tridimensionais, muito vistas nas telas de cinema, que é o famoso “3D”.

¹³ Os “dados explícitos da atualidade” são o “presente dominante” que gera a descrença. Alguns dos exemplos, na chave política, que ilustram isso, seriam o aumento da corrupção na política e o número cada vez maior de *fake news* propagados pelos ditos “representantes” do povo, ou seja, há cada vez mais desesperança por parte da população.

próximo, as forças do presente que estão vencendo. Nesse sentido, a manifestação e a divulgação, nesse período de ditadura, remetem a uma exclamação da liberdade, buscando a atenção necessária e atenuando o sentido de urgência por uma denúncia, e também por um movimento de resistência aos sistemas opressivos.

Política e distopia em *Não verás país nenhum*

Com o cerne do artigo voltado para a distopia, busca-se rastrear seu significado literário na obra em questão, mas para isso, a análise se iniciará atentando para a ambientação na qual a cidade São Paulo está inserida e, com isso, verificar a distopia a partir do teatro político, encenado pelo regime totalitário e como Souza, personagem principal, percorre esse processo, dando ênfase às consequências desta política no país.

A narrativa acontece por meio de falas e pensamentos do personagem-narrador Souza. Suas ideias podem ser influenciadas por conversas e ideias de outras personagens, que o levam a uma determinada conclusão. Toda política totalitária, como diz Arendt (1989, p. 21), “usa e abusa de seus próprios elementos ideológicos, até que se dilua quase que completamente com a sua base, inicialmente elaborada partindo da realidade e dos fatos”, ou seja, qualquer discurso que ouse comprometer sua base estrutural, está primeiramente indo contra os elementos ideológicos que a sustentam, devendo ser imediatamente eliminado. Souza é um professor de história que trabalha com o passado histórico, dando aulas para centenas de alunos. Estranhamente foi aposentado compulsoriamente por uma “lei de segurança”, como alguém que pode comprometer a estrutura ideológica.

De acordo com Brandão (2006), vê-se que:

Tudo começou quando um ministro processou o jornal que o acusara de corrupto. O jornal comprovou, o Esquema cedeu, o ministro caiu. Então os outros sentiram a ameaça, se uniram e iniciaram uma campanha cívica: “De que servem fatos como este para o país?” (BRANDÃO, 2008, p. 63-64).

Nesse trecho, lê-se que o jornal comprovou que o ministro processado foi corrupto, ou seja, tem-se a primeira ideia que o Esquema é constituído de ministros¹⁴, dessa forma os outros ministros se reuniram e colocaram em pauta, por meio de uma campanha, do porquê de notícias como essas serem divulgadas, no sentido de como poderão servir ao país. O mascaramento dos “fatos” do país acontece de forma explícita, e por meio de um questionamento retórico fazem com que esse tipo de notícia perca relevância e até se extinga.

A partir da ameaça à estrutura governamental, percebe-se o começo das articulações para a manipulação do povo pela mídia, com intuito de manter o decoro do Esquema. Mas será mesmo que o esquema é decoro? Importante ressaltar que “decoro”, é um substantivo que dá ideia de decência e pudor ao respeito às normas morais e à dignidade. Nesse sentido, lembra-se do termo “decoro parlamentar”, expressão utilizada para uma conduta individual

¹⁴ Talvez até outros tipos de membros do governo, mas que não se sabe, pois não há mais informações explícitas encontradas.

que se espera dos políticos, mas que nesse caso são como palavras vazias para uma conduta que é corrupta e indigna.

O espaço social representado na obra está localizado em meio a condições degradantes para os seres humanos, com lixo espalhado por toda parte, empestada de ratos que transmitem doenças aos montes, a água que se bebe advém da urina reciclável, a comida é factícia e um fedor insuportável que ronda o ambiente.

De acordo com Brandão (2008), esses são alguns dos elementos que constituem o universo da obra.

Mefítico. O fedor vem dos cadáveres, do lixo e dos excrementos que se amontoam além dos Círculos Oficiais Permitidos [...] Os esgotos se abrem ao ar livre, descarregam, em vagonetes, na vala seca do rio. [...] O cheiro inferno dos mortos se mistura ao dos inseticidas impotentes e aos formóis. Acre, faz o nariz sangrar em tardes de inversão atmosférica. Atravessa as máscaras obrigatórias, resseca a boca, os olhos lacrimejam, racha a pele. Ao nível do chão, os animais morrem (BRANDÃO, 2008, p. 13-14).

A descrição da cidade propõe um clima deveras sufocante, através da descrição traz à tona a realidade deteriorada, com um abundante número de cadáveres descartados a céu aberto. O sol chega a ser tão violento que corrói e apodrece a carne em poucas horas e, para sair à rua, é necessário o uso de máscaras. A representação da cidade piorada, com o passar do tempo ainda se apresenta cada vez pior, reiterando a tese da distopia, uma cidade que se esgota pela *corrosão* do sol, pela degradação e por uma ideologia totalitarista.

O conhecimento e a revolta do narrador Souza, em suas reflexões e falas, suportam um fio de esperança pela atenuação dos acontecimentos do país, mas vê-se o rompimento dele, que não passa de um otimismo exacerbado.

Encontrar uma saída. Se as pessoas quisessem, haveria possibilidades. Não há querer, ninguém vê nada. Todos tranquilos, aceitam o inevitável. Os jornais não dizem palavra. Calaram-se aos poucos. Mesmo que falassem, não têm força nenhuma. A televisão está vigiada (BRANDÃO, 2008, p. 24).

A alienação é uma das grandes problemáticas da distopia, pois consiste em diminuir a capacidade dos indivíduos de pensar e de agir. Percebe-se na citação essa problemática quando o narrador diz “Não há querer, ninguém vê nada. Todos tranquilos, aceitam o inevitável”. Essa colocação supõe a dimensão da dificuldade em se combater algo que prejudica a vivência em sociedade, além disso, a mentalidade coletiva é conduzida a não querer ver nada além do inevitável.

O desinteresse pela política é marcante na obra de Brandão (2008), também por uma fuga da dificuldade referente a questões de escala maior, por apenas os estudiosos possuírem a sabedoria e conhecimento que decidem as melhores escolhas ao rumo da nação. Com o contexto de superioridade, o “Esquema” desenvolve modos de controle dos meios midiáticos de comunicação, apresentados por “noticiários inócuos”, além da manipulação de livros, que omitem e falseiam a realidade, ou seja, a proposta é de um estímulo à bestialidade: como parte da população possuem longos dias de trabalho, a única fuga do cansaço é a televisão, na qual se encontra entretenimento. A fala do Souza, marcada por revolta, expõe a imoralidade dos que governam o país, quando diz: “Se existe alguma coisa neste país na qual

ninguém ponha fé, algo que não vale absolutamente nada, trata-se da palavra do Esquema” (BRANDÃO, 2008, p. 33).

Uma das maneiras de conquistar o povo se dá por meio do controle da mídia, visto a grande influência sobre os telespectadores. No momento em que os membros do “Esquema” percebem um movimento contrário ao governo, encontram o melhor momento para agir e manipulá-los. Para tanto, o domínio da imprensa se mostra indispensável, originando assim a “IPO” (Intensa Propaganda Oficial), que exerce o controle dos meios.

Segundo Brandão (2008), vê-se um dos anúncios¹⁵:

TEMOS TUDO PARA SER A NAÇÃO LÍDER. NOSSO PODERIO ECONÔMICO E MILITAR COMPROVA. [...] O esquema deve governar tranquilo. NOSSAS DEFESAS SÃO INVULNERÁVEIS. O ESQUEMA DESENVOLVEU OBRAS ESTRATÉGICAS NOTÁVEIS. OS OUTROS PAÍSES NOS TEMEM. Era esse o tom. Um governo constantemente atacado tem de passar o tempo respondendo a acusações. E não pode governar tranquilo. O povo devia escolher. Se as más notícias continuassem, o Esquema não teria condições de administrar. Portanto não seria culpado se o país estacionasse, até regredisse (BRANDÃO, 2008, p. 63-64).

De acordo com o anúncio, o poderio econômico e militar é satisfatório a partir de um plano negativo, para o uso da manipulação enaltecendo postos que não favorecem uma liderança a nível global. Os fatos referentes às “defesas invulneráveis” e a “obras estratégicas notáveis”, não condizem com a realidade exposta, como exemplo, as defesas dos Acampamentos Paupérrimos¹⁶, “Os Civiltares fizeram o que puderam, até instalaram as barreiras eletrônicas que nos separam hoje dos Acampamentos Paupérrimos” (BRANDÃO, 2008, p. 182), ou seja, o uso das obras estratégicas é para proteção de um ambiente composto por pilhas de defuntos e alguns sobreviventes que buscam ultrapassar as barreiras, o que confirma a miséria do país e a manipulação da notícia.

Brandão (2008) nos traz que: vê-se outro:

REGOZIJEM COM O OURO DE NOSSOS GARIMPOS, COM A MADEIRA QUE PODEMOS EXPORTAR, DAS TERRAS FÉRTEIS, EM QUE, PLANTANDO, TUDO COLHEREMOS. CULTIVEMOS O OTIMISMO, A CONFIANÇA, ABAIXO OS NEGATIVISTAS (BRANDÃO, 2008, p. 64).

Os anúncios se repetem, como imposição de uma ideia e não eram contraditadas por meio de outros argumentos. Por exemplo, a ideia de exportar madeira sem receio, pois novas árvores seriam plantadas, apresenta uma incoerência no argumento, haja vista que o país não possui árvores além das que estão na exposição do museu, como Souza se refere à árvore como “coisa de museu”, por não ver mais no dia a dia: “Coisa de museu [...] Raspei mais, queria ver a cor do tronco. Que árvore seria?” (BRANDÃO, 2008, p. 138). Como bem pode-se lembrar, “a sociedade tende a aceitar uma pessoa pelo que ela pretende ser”, como diz

15 As letras em maiúsculo nesta e na próxima citação estão fiéis ao do livro em análise.

16 Os “Acampamentos Paupérrimos”, são os acampamentos dos pobres, que ficam nas margens da cidade de São Paulo, isolados por muros eletrônicos, onde muitos morrem de fome, restando alguns sobreviventes que agem como se fossem zumbis.

Arendt (1989, p. 355), nesse sentido, o “Esquema” apresenta propostas de governo que, mesmo incoerentes, fazem sentido aos que veem os anúncios.

Os espaços de locomoção são controlados por áreas delimitadas, que precisam de fichas para acesso. Os espaços públicos são controlados pelos “Civiltares”, guardas disfarçados que, possuem um tipo de dispositivo que os fazem se assemelhar a robôs quando andam. Eles andam em meio às pessoas circundantes, com a função de manter a ordem e o controle. Possuem uma percepção sensível que identifica, à distância, movimentos estranhos, reforçando a ideia de serem guardas “modificados”.

Para cada homem em circulação, existe praticamente um Civiltar ao seu lado. Eles andam girando a cabeça para todos os lados e se assemelham a robôs. O treinamento intensivo desperta neles, compulsivo, o faro, o instinto. Não sei como, enxergam tudo (BRANDÃO, 2008, p. 22).

Apesar do controle, a existência dos “Civiltares” aparenta oferecer segurança, como afirma Souza e Manguiera (2016, p. 22), “Por menos que se goste deles, é preciso reconhecer: evitam catástrofes nesta cidade. Pior sem eles”. Por essa ótica, a afirmação tem sentido, pois evitam catástrofes. Mas, diante do que se viu sobre o sistema ditatorial, pelo controle e manipulação do povo, abrem-se brechas para desconfianças.

Assim, identifica-se a ação ilusória dos “Civiltares”, pois apenas contribui para regulação do controle, proporcionada por uma falsa liberdade:

Estudando as cidades mais antigas, os esquemas governantes descobriram que o homem circulava sempre dentro de certos limites. Raramente ultrapassava um número estabelecido de ruas e locais. “Portanto a proibição não vai afetar o sentido de liberdade que o homem goza”, concluíram (BRANDÃO, 2008, p. 42).

Deste modo, o “Esquema” dá uma falsa liberdade ao povo, por meio de espaços limitados, com intuito de iludir e facilitar a manipulação dos recursos públicos. Além do controle e da censura, vistos anteriormente, busca-se agora atentar para um olhar mais interno dessa estrutura totalitária, observando a incoerência quanto ao controle de recursos econômicos e da omissão dos investimentos.

Conforme Brandão (2008): o “Esquema”:

[...] declarou tranquilamente o Estado de Calamidade Pública, não quer mais assumir responsabilidades [...] Parece que não há nada a fazer, o dinheiro acabou, os cofres estão raspados, o que entra está comprometido. E desvaloriza a olhos vistos. Foi o legado deixado pelo SOI número 1 e SOI número 2. O primeiro era o sistema Organizado de Incompetência e o segundo, o Serviço Organizado de Ineficiência. As obras e os planejamentos eram realizados pelos SOIs (BRANDÃO, 2008, p. 61).

A declaração do “Estado de Calamidade Pública”¹⁷, por não querer “assumir responsabilidades”, mostra o desinteresse do governo pelo país. A declaração pronunciada

¹⁷ É o estágio mais grave de algo a nível político. Tem uso quando há um grande desastre para que o município ou o estado resolvam, necessitando de ajuda como a cooperação de regiões vizinhas, por exemplo.

evidencia a quebra da ligação entre povo e estado, o que suprime a opinião pública e estilhaça a democracia. Um dos motivos para isso, foram os “SOIs”, sistemas organizados que tratavam de obras e planejamentos.

De acordo com Brandão (2008),

Para atingir o SOI 1, era necessário passar por diversos estágios dentro do SOI 2. Mostrando ineficiência máxima em realização, o sujeito era apontado à carreira. Devia apenas complementar com uma espécie de pós-graduação, quando mostrava habilidade e agilidade na manipulação da corrupção [...] molhar a mão, receber subornos sem deixar rastros eram as situações mais importantes. A astúcia, a capacidade, os truques, as armadilhas eram ferozes, e o candidato passava por maus momentos até conseguir provar que era digno, merecia a distinção, o SOI 1 (BRANDÃO, 2008, p. 61-62).

Os sistemas organizados do “Esquema”, o SOI 1 e o SOI 2, priorizam a “ineficiência”, logo prezam pela incompetência. O foco desse sistema volta-se para o acúmulo de bens econômicos, por meio da corrupção, o que confirma sua farsa. O critério de aprovação para entrar no sistema é o da “ineficiência máxima”, demonstrando “habilidade e agilidade na manipulação da corrupção, receber suborno”. O sentido da palavra incompetência empregada aqui diz respeito à pessoa desprovida da idoneidade. No romance, quem se interessar pelo “trabalho” e não tiver as qualidades propostas como requisito às necessidades, não conseguirá ingressar no sistema do governo.

Para esse sistema totalitário, o desvirtuamento é uma qualidade necessária e, nesse sentido, percebe-se uma inversão de valores, ponto característico que os regimes totalitários possuem. Pensando a “virtude” para além do contexto moral, como comenta Zingano (2009, p. 78), a palavra refere-se também “ao fazer bem as funções”. Assim, a competência ou habilidade para manipular a corrupção é elevada a algo digno.

A partir de um diálogo entre Souza e Tadeu, seu antigo amigo, sobre projetos secretos do “Esquema”, Souza, que havia trabalhado como lenhador na sua juventude, fala:

O Esquema decidia a portas fechadas. De repente, vinha uma campanha de preparação. Algumas semanas de amortecimento e ficávamos anestesiados. Por oito anos abastecemos o mundo de madeira. Convencidos de que não havia problemas, aceitamos que vendessem pedaços da Amazônia. Pequenos trechos, diziam. Áreas escolhidas por cientistas, para que não se alterassem os ecossistemas. Até que, um dia, as fotos tiradas pelos satélites revelaram a devastação. Todo o miolo da floresta dizimado, irremediavelmente. O resto durou pouco, em alguns anos o deserto tomou conta (BRANDÃO, 2008, p. 107).

A região da Amazônia, que é constituída por uma enorme quantidade de árvores, sendo a maior floresta tropical do mundo que cobre 5,5 milhões de km², foi devastada. A manipulação do sistema, emergente de projetos secretos, totaliza milhões de hectares de floresta derrubada, comprometendo assim o sistema ambiental. A destruição da biodiversidade, erosão e empobrecimento dos solos, elevação da temperatura e desertificação, são algumas das conseqüências que o desmatamento pode causar, expondo as péssimas decisões e a má administração do governo totalitário.

Conforme Brandão (2008):

As secas definitivas vieram logo após o grande deserto amazônico. Um ano sem gota de água e as represas de São Paulo se esgotaram. [...] Por muito tempo, a secretaria de obras trabalhou em poços. Todas as verbas foram desviadas para os programas de água. [...] As chuvas não vieram (BRANDÃO, 2008, p. 116-117).

As árvores são reguladoras do clima e das chuvas, em tempos de seca e mudanças climáticas. Nesse sentido, o surgimento intenso da seca, devido à grande devastação da Amazônia e dos acidentes com usinas nucleares, gera consequências problemáticas para a sobrevivência do povo, pois surgem também os bolsões de calor:

As regiões de quentura. Verdadeiros bolsões em que era impossível ficar, passar, atravessar. Você ia andando, mergulhava naquele calor insuportável. [...] Eram imensos em certas regiões, estendiam-se por quilômetros. Até que chegou o Tempo Intolerável. Não dava mais para se expor ao sol. Você saía à rua, em alguns segundos tinha o rosto depilado, a pele descascava, a queimadura retorcia. A luz lambia como raio laser. Com o tempo, o perigo nos bolsões de soalheira, como o povo chamava, aumentou terrivelmente. Quem caía dentro não se salvava. O sol atravessava como verruma, matava (BRANDÃO, 2008, p. 204-205).

Pela decisão tirana do “Esquema” todo um ciclo natural é comprometido, reduzindo as possibilidades de vivência no ambiente afetado. Os bolsões de calor são ocasionados pela união da luz solar com o calor extremo que a cidade gerava. Eram pequenos e fracos, mas devido ao aumento das devastações nas florestas, além dos acidentes nas usinas, houve uma potencialização no calor, aumentando o tamanho dos bolsões, “se estendendo por quilômetros”, além de ficarem perigosos a ponto de matar qualquer um que nele entrasse. Nesse sentido, a probabilidade de sobrevivência é reduzida e exalta o caráter emergencial da obra.

Conclusão

No decorrer deste artigo, analisou-se a relação de proximidade entre a literatura, a distopia e a política. A partir disso, foi possível verificar como a literatura, por meio da distopia, pode potencializar e denunciar aspectos da realidade. O contexto não pode ser desconsiderado da obra, pois é fundamental para construção de sentido, valorizando a criação literária. Nesse sentido, a análise da distopia priorizou o contexto político.

O romance analisado representa uma sociedade desequilibrada, devido ao regime instaurado e aos interesses desconexos do sentido da política em si. A representação da distopia está intimamente ligada a um totalitarismo, que é um dos principais fatores para o fundamento da destruição e desequilíbrio. Além disso, a obra apresenta uma realidade experimental cujas situações ocorridas podem, em grande parte, estabelecer relações com a realidade vivida pelo autor, Brandão, na época da ditadura militar de 1964. Sendo assim, a tese inicialmente levantada se confirma, pois, a obra serve como forma de denúncia social, pelo desacorrentamento de uma época sombria; serve também como um grito de libertação e resistência, propondo reflexões acerca da insatisfação do lugar em que se vive.

A distopia na obra *Não verás país nenhum* oferece um amplo leque de possibilidades reflexivas, que partem da Literatura, acerca de uma representação do passado que acontece no presente da obra. Então, o significado está voltado à forma de denúncia da sociedade moderna, como uma espécie de previsão do que acontece atualmente, como, por exemplo, a manipulação de notícias e a corrupção, que se não forem combatidas podem se desenvolver e tomar proporções magnânimas, que dá margem para a perda do controle democrático e gera a degradação da sociedade.

O desenvolvimento deste artigo possibilitou confirmar a hipótese, que considera a distopia como recurso literário e político para abordar problemas socioculturais presentes na obra, tendo como um dos principais objetivos para a conscientização do público sobre a importância dos estudos voltado à esfera de atuação política, pois é esta quem rege e direciona os caminhos pelo qual o país seguirá. Para tanto, tem fundamental importância a participação ativa e consciente da população, mantendo as engrenagens da democracia em funcionamento, principalmente, quando feita de forma justa e prudente.

Referências

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2005.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Não verás país nenhum**. São Paulo: Global, 2008.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Breve consideração sobre a utopia e a distopia. In: **Filosofia e Cultura: Festschrift em homenagem a Scarlett Marton**. São Paulo: Barcarolla, 2012.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. Da utopia à distopia: política e liberdade. **Eutomia: Revista de Literatura e Linguística**, Pernambuco, v. 1, n. 3, p.324-362, jul. 2009.

FORTUNATO, Pedro. **Uma micro utopia na distopia: A recusa à lógica do canibal em A Estrada**, de Cormac McCarthy. 2016. 22 f. TCC (Graduação) – Curso de Letras – Inglês, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2016.

FROMM, Erich. Posfácio (1961). In: **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Anuário de Literatura**, Santa Catarina, v. 18, n. 2, p.201-215, 2013.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: prosa 1**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

PEREIRA, Valéria Sabrina. Utopia ou distopia? A ansiedade e o vazio em Schimmernder Dunst über Coby County de Leif Randt. **Pandaemonium Germanicum. Revista de Estudos Germanísticos**, São Paulo, v. 17, n. 23, p.50-67, jun. 2014.

RESENDE, Beatriz. **Contemporâneos**: expressões da literatura brasileira no século XXI. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/ Biblioteca Nacional, 2008.

SOUZA, José Bezerra de; MANGUEIRA, José Vilian. O gênero distopia numa relação ambígua entre 1984 e Harry Potter e as Relíquias da Morte. **E-escrita**, Nova Iguaçu, v. 7, n. 3, p.17-28, set. 2016.

SUVIN, Darko. Um breve tratado sobre a Distopia 2001. **Revista Morus: Utopia e Renascimento**. Campinas, SP, v.10, n. 1, p.465-487, maio 2015.

ZINGANO, Marco. **Estudos de ética antiga**. São Paulo: Paulus, Discurso Editorial, 2009.